
ESTUDO SOBRE O IMPACTO FINANCEIRO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PS

ALTERNATIVA DE
CONFIANÇA



21 DE AGOSTO DE 2015

Índice

- I. Introdução**

- II. Virar a Página da Austeridade, Relançar a Economia e o Emprego**
 - 1. Aumentar o rendimento disponível das famílias para relançar a economia**
 - 2. Resolver o problema do financiamento das empresas**
 - 3. Promover o emprego, combater a precariedade**

- III. Um Estado Forte, Inteligente e Moderno**
 - 4. Um Estado Forte, Inteligente e Moderno**

- IV. 21 Causas para Mobilizar Portugal**
 - 5. Prioridade às pessoas**
 - 6. Valorizar o nosso território**
 - 7. Prioridade à Inovação**
 - 8. Mais coesão, menos desigualdades**
 - 9. Um Portugal Global**

- V. Um Cenário Macroeconómico para a Legislatura: impacto financeiro agregado**

I. Introdução

1. Propostas políticas construídas mediante um processo credível, participado, exigente e cuidadosamente elaborado

No caminho até às eleições legislativas do próximo mês de outubro, o PS tem procurado elevar a qualidade do debate político em Portugal, seguindo um processo credível, participado, exigente e cuidadosamente elaborado para definir, apresentar e defender as suas propostas e a sua alternativa política.

Assim, num primeiro passo, foram discutidos e definidos os nossos objetivos para os próximos dez anos. Para definir políticas públicas é fundamental saber onde queremos chegar e o que queremos atingir. A elaboração do documento “Agenda para a Década” respondeu a esta ambição, tendo sido possível definir esses objetivos e as principais linhas de ação para os atingir, no médio prazo, no horizonte do ano em que se assinalarão os 50 anos do 25 de abril de 1974.

Depois, num segundo momento, foi solicitado a um grupo de especialistas que elaborasse o cenário macroeconómico para o País nos próximos anos. Um cenário que, partindo da situação atual, pudesse identificar a margem financeira que existe para fazer uma política diferente, que aposte no crescimento, no aumento do rendimento das famílias, no investimento e no emprego. Esse trabalho culminou com a apresentação do documento “Uma Década para Portugal”, onde se identificou de forma rigorosa qual o cenário macroeconómico com que poderemos contar e a margem financeira disponível para realizar uma política alternativa à da coligação de direita. Concluiu-se que as perspetivas económicas e financeiras são melhores com uma política alternativa e de confiança, que concilie medidas destinadas a aumentar o rendimento dos portugueses, o investimento e as políticas de combate à pobreza e às desigualdades com o rigor na gestão dos dinheiros públicos. Este trabalho constituiu, igualmente, um instrumento valioso para medir o impacto das medidas que vieram a ser incluídas no Programa Eleitoral do PS.

A fase seguinte consistiu, justamente, na elaboração do Programa Eleitoral, concretizando, para os primeiros quatro anos da próxima década, os objetivos de médio prazo entretanto estabelecidos e a margem financeira que se identificou como podendo ser utilizada para uma política diferente. E também aqui, na concepção das medidas a adotar ao longo da próxima legislatura, o PS inovou e soube dar o exemplo. O processo seguido na elaboração do Programa Eleitoral visou, para além do rigor e da transparência do trabalho realizado, credibilizar os compromissos assumidos e elevar a um nível inédito os patamares de participação cidadã na elaboração de propostas políticas.

Assim, foi solicitado aos militantes, simpatizantes e cidadãos anónimos que enviassem as suas sugestões, tendo sido possível contar com mais de 1.600 propostas recebidas por

diversos canais. Foram realizados mais de 15 debates públicos, em diversos pontos do País, sobre vários temas e matérias. Depois, uma primeira versão do Programa Eleitoral foi, de forma inédita, divulgada e colocada em debate público com toda a sociedade, tendo sido possível melhorar o seu conteúdo de forma transparente e participativa. Além disso, algumas alternativas de medidas a incluir no Programa Eleitoral foram colocadas em votação pública na Internet, aberta a todos, podendo qualquer cidadãos votar na alternativa que preferia, tendo as opções mais votadas sido incluídas na versão final do Programa Eleitoral. Finalmente, foi convocada a participação das mais de 1.000 estruturas, federações, concelhias, secções e departamentos do PS na elaboração das várias versões do Programa Eleitoral.

O processo aqui descrito está em direto contraste com a atitude demonstrada pela coligação de direita, que redigiu o seu programa eleitoral à porta fechada, que atrasou ao máximo a respetiva divulgação, que oculta medidas de austeridade já assumidas em Bruxelas (designadamente o corte de 600 milhões de Euros nas pensões em pagamento), que em grande medida se limita a enunciar um conjunto de generalidades, que não apresenta as contas inerentes ao seu programa e que, de forma desleal, assume metas macroeconómicas que não são compatíveis nem poderão ser alcançadas através da política aí prevista.

O PS, ao invés, investiu no rigor e na credibilidade técnica das suas propostas, bem como na abertura do processo de construção das mesmas. Deste modo, o PS elevou a fasquia, dando provas de seriedade na formulação dos seus compromissos eleitorais e reforçando a qualidade da democracia, tanto na vertente da participação, como na da responsabilização pelas medidas apresentadas.

É com este mesmo espírito de exigência que o PS divulga agora o Estudo de Impacto Financeiro do Programa Eleitoral. Trata-se de oferecer um grau suplementar de informação aos eleitores através da divulgação dos impactos financeiros do Programa Eleitoral do PS.

O PS não elabora as suas propostas políticas de improviso, nem deixa os respetivos efeitos ao acaso. Pelo contrário, o Programa Eleitoral do PS é fruto de estudo e programação, com responsabilidade orçamental, calendários, objetivos claramente identificados e metas atingíveis.

A realização deste trabalho demonstra bem o comprometimento e a vinculação do PS às medidas por si apresentadas. Com o presente Estudo, o PS vai ainda mais longe na credibilização das suas propostas. E, ao divulgá-lo publicamente, dá ainda mais razões para que os Portugueses confiem no projeto político com que o PS se apresenta às próximas eleições legislativas.

2. Um programa eleitoral responsável, com impactos financeiros estimados.

O PS assumiu o compromisso de apresentar um programa eleitoral responsável, com impactos financeiros estimados.

O presente Estudo de Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS visa aprofundar esse objetivo, assumindo-se como um instrumento que permite fornecer aos eleitores um nível mais elevado de informação, para que possam fazer as suas escolhas na posse de todos os dados disponíveis.

O presente Estudo identifica de forma rigorosa o impacto financeiro das principais medidas do Programa Eleitoral do PS e, ainda mais relevante que isso, apresenta o efeito das mesmas no cenário macroeconómico previsto para a legislatura.

Com o presente Estudo de Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS fica definitivamente demonstrado que é possível levar a cabo uma política económica e financeira diferente, que não assente nos baixos salários e na precariedade, nos baixos rendimentos, em aumentos brutais de impostos e na degradação da situação social. Pelo contrário, fica claro que uma política que aumente os rendimentos dos portugueses, foque a atenção no financiamento das empresas e promova o emprego é, não apenas socialmente mais justa, mas igualmente mais capaz de garantir contas públicas sustentáveis.

Justificam-se três notas adicionais acerca do presente Estudo.

Em primeiro lugar, o presente Estudo demonstra que o Programa Eleitoral do PS se contém dentro da margem financeira identificada no cenário económico elaborado e dado a conhecer no documento "Uma Década para Portugal".

A elaboração de um Programa Eleitoral com uma política económica e social alternativa à da coligação de direita implicou o estrito cumprimento do cenário económico definido. Por isso, foi necessário estimar e identificar os impactos das medidas propostas. Este exercício foi feito em paralelo com a redação do Programa Eleitoral, de modo a garantir que todas as medidas com relevo financeiro aí incluídas se enquadravam dentro da margem orçamental definida no cenário macroeconómico e que os respetivos efeitos sobre as finanças públicas, a economia e o emprego eram igualmente considerados no cenário de chegada, resultante da modelização das políticas públicas assumidas pelo PS. Desta forma, procurou-se assegurar o cumprimento do cenário traçado pelos economistas, reiterando o rigor necessário num Programa Eleitoral que, sendo ambicioso, apresenta medidas realistas e concretizáveis num quadro económico e financeiro muito exigente.

Os resultados deste exercício de quantificação financeira e modelização económica estão espelhados no Estudo que agora se divulga.

Em segundo lugar, e preciso deixar claro que o impacto financeiro e económico do Programa Eleitoral do PS tem de ser avaliado no seu conjunto, em termos agregados, tal como é apresentado na Parte V deste Estudo. Ainda que, por uma questão de transparência e de accountability, se divulguem os impactos financeiros estimados de cada medida, a verdade é que muitas dessas medidas se compensam umas às outras e têm efeitos cruzados ou complementares. Pelo que, sem prejuízo da leitura mais fina que só a consideração individualizada de cada medida permite – e cuja contabilização o PS, num gesto inédito, torna pública e submete ao escrutínio –, o impacto financeiro do Programa Eleitoral do PS só pode ser corretamente aferido no cômputo global das suas múltiplas medidas e não de forma parcelar ou através de medidas isoladas. Por isso, este Estudo apresenta os resultados/metast das medidas com relevância financeira, estimando os seus efeitos, designadamente no que diz respeito ao emprego, ao PIB, ao défice e à dívida.

Ao contrario do que fez o PSD/CDS, o PS não construiu um programa com base em declarações de intenções ou objetivos não sustentados em medidas concretas. Foram apresentadas propostas concretas, financeiramente sustentadas, que permitem alcançar um resultado. Todos esses elementos: propostas concretas, impactos financeiros e resultados estimados são agora tornados públicos e podem ser escrutinados por todos os cidadãos.

Finalmente, e preciso ter em conta que o Estudo do impacto financeiro de um programa eleitoral envolve um exercício simultaneamente rigoroso, cuidadoso e realista. Por exemplo, para preservar a margem financeira existente, mas que não é ilimitada e por forma a garantir a melhor conjugação possível entre crescimento económico saudável e preservação da sustentabilidade das contas públicas foi necessário calendarizar as medidas com relevância financeira, o que permitiu identificar o momento da legislatura a partir do qual o seu impacto se faz sentir.

O PS assume-se, um vez mais, como um partido que pretende proporcionar aos cidadãos um nível mais aprofundado de informação sobre as suas propostas políticas, por forma a que estas possam ser avaliadas e escrutinadas de forma mais rigorosa.

Mais informação. Mais exigência. Mais avaliação e escrutínio. Para o PS, estas condições são fundamentais para alcançar uma maior confiança dos eleitores no sistema político e nas propostas políticas, consistindo este documento num importante passo nesse sentido.

II. Virar a Página da Austeridade, Relançar a Economia e o Emprego

O resultado de anos a fio de austeridade, promovida com afinco – e muito para além da troika – pela coligação de direita, foi a contração da economia, o empobrecimento dos Portugueses e a emigração em massa. Urge contrariar este ciclo, redinamizando o tecido produtivo e proporcionando melhores condições para quem cá vive e trabalha. Para relançar a economia é imperioso atuar simultaneamente em três frentes:

- Aumentar o rendimento disponível das famílias;
- Resolver o problema do financiamento das empresas;
- Promover o emprego, combater a precariedade.

Em cada um destes domínios, o PS propõe um conjunto de medidas concretas, devidamente calendarizadas, avaliadas quanto aos seus impactos financeiros e calibradas em função das metas ou resultados a atingir.

1. Aumentar o rendimento disponível das famílias para relançar a economia

O Programa Eleitoral do PS inclui um conjunto alargado de medidas que visam aumentar o rendimento disponível das famílias. O alívio das restrições financeiras das famílias permitirá um aumento do investimento em educação, fundamental para o crescimento sustentável da economia, e criará perspetivas de procura no mercado interno, indutoras do investimento empresarial e da criação de emprego. O desinvestimento em educação e a falta de oportunidades de emprego tenderão a perpetuar os atuais níveis de desigualdade e a criar fraturas sociais inaceitáveis. O aumento do rendimento das famílias é não só um fator crítico no relançamento da economia, como igualmente um importante fator na criação de contas públicas mais sustentáveis, em resultado do crescimento da atividade económica.

Das medidas destinadas a aumentar de forma direta o rendimento disponível das famílias destacam-se, pelo seu impacto financeiro na legislatura, as incluídas na tabela seguinte:

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

	2016	2017	2018	2019
• Eliminação da sobretaxa sobre o IRS em 2016 e 2017	-400	-800	-800	-800
• Redução temporária da taxa contributiva dos trabalhadores	-350	-700	-1050	-919
• Complemento salarial anual para os trabalhadores pobres	0	-394	-355	-319
• Renovação das políticas de mínimos sociais	-108	-135	-162	-188
• Condição de recursos nas prestações sociais não contributivas	180	280	280	280

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.

As medidas do Programa do PS destinadas a promover o aumento do rendimento disponível das famílias implicam uma redução direta da receita de 750 M€ em 2016, atingindo um máximo de 1850 M€ em 2018. Adicionalmente, consideram-se medidas que racionalizam a despesa com o apoio social, reforçando os incentivos à participação no mercado de trabalho e, em simultâneo, reduzindo os índices de pobreza. Estas medidas visam ainda alargar a todas as prestações não contributivas a aplicação da condição de recursos, de modo a tornar mais equitativo o esforço público de apoio social. Em conjunto, estas medidas reduzem de forma direta a despesa social em 72 M€ em 2016 e aumentam-na em cerca de 200 M€ nos anos seguintes.

O impacto final no saldo orçamental e nos principais agregados macroeconómicos é apresentado no quadro seguinte e caracteriza-se essencialmente por uma redução da receita e, numa escala bastante mais reduzida, por um aumento da despesa corrente.

A composição fiscal destas medidas de apoio ao rendimento disponível das famílias tem, assim, um impacto significativo na economia, estimulando o consumo privado e criando um volume de emprego que se estima em 67 mil postos de trabalho em 2019. O estímulo económico e o emprego associado induzirão um aumento da receita fiscal e das contribuições sociais, limitando a perda de receita fiscal a um máximo de 1100 M€ em 2018. O aumento da despesa será mitigado pela diminuição significativa das despesas com subsídios de desemprego, atingindo um máximo de 110 M€ em 2017. Tendo em conta o impacto das medidas, a deterioração do saldo orçamental atingirá um máximo de 1003 M€ (0.6 pp. do PIB) em 2017 e 2018, sendo de 870 M€ (0.5 pp. do PIB) em 2019.

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

	2016	2017	2018	2019
Rend. disponível				
Impacto orçamental direto				
Saldo	-678	-1.750	-2.087	-1.947
Receita	-750	-1.500	-1.850	-1.719
Despesa	-72	249	237	228
Corrente	-72	249	237	228
Investimento	0	0	0	0
Impacto efetivo				
Saldo	-435	-1.003	-1.000	-870
PIB real	286	989	1.578	1.942
Emprego	11.854	37.515	55.109	67.593

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.

Estas medidas têm o objetivo económico de devolver às famílias a capacidade de tomar decisões que lhes foi retirada nos últimos anos. O impacto económico destas medidas decorre de serem dirigidas aos grupos populacionais com maiores dificuldades financeiras. Estes agregados familiares hipotecam o seu futuro ao verem restringidas de forma severa as suas decisões de investimento na melhoria das suas vidas e dos seus filhos. Não são medidas de apoio exclusivo ao consumo privado. Pelo contrário, têm uma perspetiva de futuro crucial para a economia portuguesa. O PS acredita na capacidade das famílias portuguesas de tomarem as decisões económicas corretas e no seu Programa Eleitoral estabelece os instrumentos fiscais e de despesa pública mais adequados a suportar essas decisões.

Este conjunto de medidas é o mais relevante para o futuro da economia e da sociedade portuguesas e o que tem uma maior dimensão financeira. Constitui uma aposta no futuro, através da dignificação do trabalho e da responsabilização social do Estado português com a gestão dos escassos recursos financeiros colocados à sua disposição.

2. Resolver o problema do financiamento das empresas

O Programa Eleitoral do PS inclui um conjunto de medidas destinadas a resolver o problema de financiamento das empresas. Uma parte significativa destas medidas corresponde à utilização de mecanismos de financiamento sem implicações orçamentais diretas, mas que, pelo estímulo sobre a atividade económica, são suscetíveis de beneficiar o emprego e o

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

saldo orçamental. Algumas destas medidas são difíceis de quantificar, não tendo sido considerado, para efeitos do presente Estudo, o seu impacto económico.

No exercício de quantificação consideraram-se duas medidas: a reformulação do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento e a aceleração da execução de fundos cofinanciados pela União Europeia no âmbito do acordo de parceria Portugal 2020. O impacto direto destas medidas é apresentado no quadro seguinte:

	2016	2017	2018	2019
• Acelerar a execução dos fundos comunitários para apoio ao financiamento das empresas para investimento*	-325	-650	-650	-650
<i>Dos quais: participação pública nacional</i>	-75	-150	-150	-150
• Reformulação do regime fiscal de apoio ao investimento empresarial	0	-150	-150	-150

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.* Despesa comparticipada por financiamento comunitário.

O impacto destas medidas traduz-se num aumento do investimento empresarial que atingirá cerca de 1000M€ em 2019 e da capacidade de gerar emprego e riqueza da economia. Estima-se que o aumento do investimento decorrente destas medidas estimule as exportações e o emprego e, pelo aumento do rendimento dos trabalhadores, o consumo privado, implicando no seu conjunto a criação de mais de 28 mil postos de trabalho em 2019. Tendo em conta estes mecanismos, o impacto final no saldo orçamental será uma melhoria que atingirá um valor máximo de 346 M€ em 2019. O estímulo económico traduz-se num aumento da receita fiscal e de contribuições sociais e numa redução da despesa em subsídio de desemprego que superam os custos orçamentais diretos.

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

	2016	2017	2018	2019
Financiamento				
Impacto orçamental direto				
Saldo	-75	-300	-300	-300
Receita	250	350	350	350
Despesa	325	650	650	650
Corrente	325	650	650	650
Investimento	0	0	0	0
Impacto efetivo				
Saldo	107	130	254	346
PIB real	389	745	969	1 157
Emprego	5 411	15 677	23 391	28 600

Nota: Valores expressos em milhões de euros, emprego em nº de postos de trabalho. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no agregado em questão.

3. Promover o emprego, combater a precariedade

O Programa Eleitoral do PS inclui um conjunto de medidas que visam a promoção do emprego e o combate à precariedade. De entre estas medidas é de destacar a proposta de limitação dos contratos a termo, assim como a formalização de um procedimento conciliatório e voluntário para a cessação de contratos de trabalho que visa aumentar a segurança nas relações laborais, o agravamento da contribuição para a Segurança Social por parte das empresas que abusem da precariedade e, por fim, medidas que visam tornar mais justo o sistema de descontos para a segurança social dos recibos verdes. O impacto macroeconómico e orçamental destas medidas é particularmente difícil de quantificar, sendo no entanto expectável um aumento do nível de emprego, com ênfase na contratação sem termo e, na medida em que tal estimula o investimento em capital humano, um aumento da produtividade e, por essa via, das remunerações reais.

O quadro seguinte apresenta os impactos das medidas de promoção da criação de emprego de qualidade, com exceção das que têm incidência direta na legislação laboral, cuja avaliação económica mostra um significativo impacto positivo mas que não é aqui considerado.

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

	2016	2017	2018	2019
• Redução da contribuição patronal para a Segurança Social	-283	-567	-850	-850
• Substituição dos incentivos à contratação vigentes, no âmbito de políticas ativas de emprego, por redução da taxa contributiva para a Segurança Social	135	172	213	243
• Penalização da rotação excessiva com aumento da contribuição social patronal para a Segurança Social	350	250	200	200
• Imposto sucessório para heranças de valor superior a 1 milhão de euros	70	70	70	70
• Congelamento pensões, com exceção das pensões mínimas	250	360	525	525
• Consignação de 4pp. da receita de IRC	400	400	400	400
• Redução do IVA da restauração de 23% para 13%	-350	-350	-350	-350
• Programa de requalificação do património histórico com potencial turístico	-164	-332	-14	-14
• Acelerar a execução dos fundos comunitários para apoio à modernização de infraestruturas portuárias e ligações*	-260	-520	-520	-520
<i>Dos quais: participação pública nacional</i>	-42	-120	-120	-120

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.* Despesa comparticipada por financiamento comunitário e financiamento privado.

As medidas incluídas na simulação foram as seguintes: (i) reforma do modelo de financiamento da segurança social orientado para a criação de emprego; (ii) redução do IVA da restauração para 13% com uma redução da receita de 260M€ por ano; (iii) requalificação do património histórico com potencial turístico, com um investimento total associado de cerca de 600 M€; e (iv) uma execução mais intensiva dos fundos comunitários para modernização de infraestruturas.

Este conjunto de medidas constitui uma importante recomposição dos estímulos orçamentais ao emprego. Mais relevante do que o impacto no saldo orçamental final, é o impacto positivo que estas medidas terão na atividade económica. As medidas consideradas têm como objetivo central estimular a criação de emprego em todos os estratos etários e para todos os tipos de qualificação.

A reforma da Segurança Social no sentido da diversificação das fontes de financiamento introduz incentivos importantes à criação de emprego, na medida em que reduz a diferença entre a despesa das empresas com os seus trabalhadores e o rendimento disponível destes trabalhadores. A penalização da rotação excessiva e a consignação de 4 pp. da receita de IRC permitirão um financiamento menos assente nas empresas que criam emprego estável e mais assente em empresas intensivas em capital (p. ex. setor energético, setor financeiro,

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

comércio por grosso) e/ou que utilizam a rotação de trabalhadores como meio de gestão de recursos humanos impondo custos sociais.

O estímulo direto à contratação permanente é dado a todas as empresas, por via da redução da taxa contributiva para a Segurança Social. Em contrapartida, permitirá reduzir o atual esforço orçamental com medidas de apoio à contratação através de políticas ativas de emprego.

Em paralelo, aos atuais pensionistas asseguramos o valor nominal das suas pensões (no caso das pensões mínimas, mais do que isso, será assegurada a sua atualização), pelo que não haverá mais cortes, nem impostos ou taxas contributivas extraordinárias. Esta medida constitui mais um esforço de sustentabilidade da Segurança Social portuguesa e um forte compromisso com o futuro do sistema e com a sua credibilidade.

O Programa Eleitoral do PS inclui ainda duas medidas que têm como objetivo trazer de volta para o mercado de trabalho um conjunto de trabalhadores de meia-idade, com um nível reduzido de qualificações, que enfrenta neste momento um período de desemprego particularmente longo e que não tem perspetivas de empregabilidade. O estímulo da atividade no setor da reabilitação do património e da restauração e a possibilidade de reconversão de trabalhadores por via da formação profissional deverão permitir criar postos de trabalho adequados às características daqueles trabalhadores.

	2016	2017	2018	2019
Emprego				
Impacto orçamental direto				
Saldo	-53	-519	-328	-298
Receita	6	-152	-504	-504
Despesa	58	366	-176	-206
Corrente	-384	-517	-696	-726
Investimento	442	884	520	520
Impacto efetivo				
Saldo	9	-58	471	685
PIB real	287	1 074	1 582	2 040
Emprego	8 974	25 174	43 008	55 701

Nota: Valores expressos em milhões de euros, emprego em nº de postos de trabalho. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no agregado em questão.

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

Estima-se que este conjunto de medidas seja capaz de criar cerca de 55 mil postos de trabalho, aumentando a riqueza da economia, o rendimento destes trabalhadores e, por esta via, o consumo privado. O estímulo económico tenderá a mitigar o impacto orçamental direto das medidas nos anos iniciais e a gerar um aumento da receita superior ao custo das medidas nos anos subsequentes. Em 2016 e 2017 é expectável que estas medidas tenham um impacto negligenciável no saldo orçamental, na medida em que o esforço público de investimento compensa a redução de despesa decorrente de medidas de consolidação, enquanto em 2018 e 2019 as medidas deverão beneficiar o saldo orçamental em 471 M€ e 685 M€.

III. Um Estado Forte, Inteligente e Moderno

A coligação de direita diaboliza o Estado, ataca a Constituição da República Portuguesa e, como se tem visto recentemente, embarcou numa autêntica fúria privatizadora. Ao invés, o PS aposta na modernização do Estado e na sua afirmação como garante do interesse público, da soberania nacional e da efetivação dos direitos sociais. Para o efeito, é preciso assumir os seguintes desafios:

- Melhorar a qualidade da democracia;
- Governar melhor, governar diferente;
- Garantir a defesa num território alargado;
- Segurança interna e política criminal;
- Agilizar a justiça;
- Fortalecer, simplificar e digitalizar a Administração;
- Assegurar a regulação eficaz dos mercados;
- Valorizar a autonomia das regiões autónomas;
- Descentralização, base da reforma do Estado.

4. Um Estado Forte, Inteligente e Moderno

No que respeita à Administração Pública, o Programa Eleitoral do PS preconiza um conjunto de reformas que têm como objetivo a sua modernização, alterando o paradigma de relação entre o Estado e os cidadãos.

Esta reforma não se baseia numa diminuição dos custos, mas sim na valorização técnica e social da Administração Pública. Não existe nenhum Estado moderno capaz de apoiar os

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

cidadãos e a iniciativa privada se não estiver dotado de capacidade de intervenção económica e social e de regulação de elevada qualidade.

A promoção da Administração Pública passa pela melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos, pela simplificação de procedimentos e redução de custos de contexto, por estabilizar o nível de recursos humanos, bem como pela redefinição de prioridades com uma aposta na descentralização territorial e um reforço das capacidades técnicas da Administração Central.

A listagem dos impactos orçamentais diretos é a seguinte:

	2016	2017	2018	2019
• Criação de centros de competências na Administração Pública	-50	-125	-100	150
• Eliminação dos cortes salariais e o descongelamento de carreiras	-201	-430	-430	-430
• Poupanças setoriais em contratação externa e ganhos com a racionalização e simplificação dos serviços públicos	270	345	426	486
• Integração da informação do planeamento territorial e urbano, do registo predial e do cadastro	0	-50	-75	-75
• Reorganização dos serviços desconcentrados e alargamento da rede de serviços de proximidade	10	34	89	150
• Modernização de infraestruturas e equipamentos da Administração Pública*	-65	-130	-130	-130
<i>Dos quais: participação pública nacional</i>	-15	-30	-30	-30

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.* Despesa comparticipada por financiamento comunitário.

O conjunto de medidas a adotar implica um aumento das despesas de investimento superior a 300 M€ em 2017 e 2018 e de cerca de 200 M€ em 2019, todas cofinanciadas com fundos comunitários. Estas despesas de investimento favorecerão um funcionamento mais eficiente do setor público, que permitirá reduzir significativamente as despesas de funcionamento.

Embora a reposição dos salários dos funcionários públicos e o incremento das despesas de investimento tenham um efeito de estímulo económico, a redução das despesas com aquisição de serviços, num quadro de maior produtividade dos mesmos, tenderá a limitar o impacto deste estímulo. Estas medidas têm um impacto diminuto no volume de atividade económica, traduzindo um aumento do consumo privado decorrente da reposição dos salários dos funcionários públicos e do investimento, que é compensado pela redução do volume do consumo público.

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

	2016	2017	2018	2019
Adm. Pública				
Impacto orçamental direto				
Saldo	16	-235	-151	212
Receita	50	105	105	105
Despesa	34	340	256	-107
Corrente	-81	32	-121	-334
Investimento	115	308	377	227
Impacto efetivo				
Saldo	25	20	248	663
PIB real	2	275	409	258
Emprego	2 291	9 340	17 292	20 686

Nota: Valores expressos em milhões de euros, emprego em nº de postos de trabalho. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no agregado em questão.

As medidas de modernização da Administração Pública permitem uma melhoria continuada do saldo orçamental de cerca de 25 M€ em 2016 para 663 M€ em 2019. A melhoria do saldo orçamental reflete o aumento da receita decorrente do estímulo ao consumo privado, num contexto de aumento muito limitado da despesa pública.

IV. 21 Causas para Mobilizar Portugal

As 21 causas que o PS propõe correspondem a um caminho alternativo, bem diferente das políticas da coligação de direita. Uma alternativa ao mantra da austeridade. Uma alternativa que permita devolver a dignidade aos Portugueses. Uma alternativa séria, credível e assente em bases económicas sólidas. Enfim, uma nova visão para Portugal, que se organiza em torno de cinco pilares: recolocar as pessoas no centro das políticas públicas, valorizar o nosso território, conferir prioridade à inovação, alcançar maior coesão e menores desigualdades e afirmar Portugal à escala global.

5. Para dar prioridade às pessoas, é preciso assumir as seguintes causas:

- Defender o SNS, promover a saúde;
- Combater o insucesso escolar, garantir 12 anos de escolaridade;
- Investir na educação de adultos e na formação ao longo da vida;
- Modernizar, qualificar e diversificar o ensino superior;
- Reagir ao desafio demográfico;
- Promover a qualidade de vida;
- Uma nova geração de políticas de habitação.

6. Para valorizar o nosso território, importa prosseguir as seguintes causas:

- Mar: uma aposta no futuro;
- Afirmar o “interior” como centralidade no mercado ibérico;
- Promover a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental;
- Valorizar a atividade agrícola e florestal e o espaço rural.

7. Para dar prioridade à inovação, as causas decisivas são as seguintes:

- Liderar a transição energética;
- Investir na cultura, democratizar o acesso;
- Investir em ciência e tecnologia, democratizar a inovação;
- Prioridade à inovação e à internacionalização das empresas.

8. Para alcançar mais coesão e menos desigualdades, devemos bater-nos pelas seguintes causas:

- Garantir a sustentabilidade da Segurança Social;
- Melhor justiça fiscal;
- Combater a pobreza;
- Construir uma sociedade mais igual.

9. Para que Portugal se afirme à escala global, há que adotar as seguintes causas:

- Promover a língua portuguesa e a cidadania lusófona;
- Continuar Portugal nas comunidades portuguesas.

Relativamente a cada uma destas 21 causas, o PS apresenta um vasto rol de medidas concretas, devidamente calendarizadas, avaliadas quanto aos seus impactos financeiros e calibradas em função das metas ou resultados a atingir.

5. Prioridade às pessoas

O Programa Eleitoral do PS inclui um conjunto de medidas nas áreas da saúde, da educação, da demografia, da habitação e da qualidade de vida destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos e a promover o aumento das qualificações. De entre estas medidas destacam-se, pelo seu impacto orçamental: o aumento da cobertura das unidades de saúde familiares, da rede de cuidados continuados e a introdução de incentivos na gestão de unidades de saúde; o alargamento da rede de creches e do ensino pré-escolar; o alargamento do período de funcionamento da escola pública; e a implementação de Planos de Ação Locais para a reabilitação de áreas urbanas.

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

As medidas têm os seguintes impactos orçamentais:

	2016	2017	2018	2019
• Criação de 100 novas Unidades de Saúde Familiar	0	-25	-30	-35
• Reforma da gestão das unidades de saúde, com introdução de incentivos ao desempenho	0	-50	-110	-220
• Reforço da rede de cuidados continuados	0	-10	-120	-120
• Universalidade da educação pré-escolar	0	-10	-90	-100
• Funcionamento da escola pública a tempo inteiro até aos 14 anos	0	-10	-17	-17
• Alargamento da rede de creches nos grandes centros urbanos	0	-12	-140	-148

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.

A implementação destas medidas implica, de forma direta, uma deterioração do saldo orçamental de 508 M€ em 2018 e 648 M€ em 2019, que reflete quer o investimento em equipamentos de saúde, quer despesas de funcionamento adicionais relacionadas com a educação. No entanto, o impacto final no saldo orçamental destas medidas é mais reduzido.

	2016	2017	2018	2019
Pessoas				
Impacto orçamental direto				
Saldo	0	-117	-508	-648
Receita	0	10	10	10
Despesa	0	127	518	658
Corrente	0	93	467	607
Investimento	0	34	51	51
Impacto efetivo				
Saldo	0	-98	-399	-495
PIB real	0	91	385	537
Emprego	0	549	2 289	4 456

Nota: Valores expressos em milhões de euros, emprego em nº de postos de trabalho. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no agregado em questão.

As medidas destinadas a melhorar a qualidade de vida induzem um aumento da atividade económica implicando um aumento do emprego privado de cerca de 2300 postos de trabalho

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

em 2018 e 4500 em 2019. Estas medidas estimulam o consumo privado, induzindo um aumento da receita fiscal e das contribuições sociais que limita o aumento do défice orçamental a 400 M€ em 2018 e 500 M€ em 2019.

6. Valorizar o nosso território

O Programa Eleitoral do PS inclui um conjunto alargado de medidas destinadas a valorizar o território, que se integram em larga medida no programa de estímulo ao emprego e ao crescimento económico. As medidas do programa de requalificação do património histórico com potencial turístico e a aceleração da execução de fundos comunitários enquadram-se também nesta perspetiva.

Adicionalmente, o Programa Eleitoral do PS inclui um conjunto de medidas dirigidas ao fomento da atividade económica em zonas do território em desertificação, nomeadamente através de benefícios fiscais que pelo seu impacto financeiro importa considerar. Consideram-se ainda medidas no âmbito da promoção ambiental que possibilitem uma valorização do território português, com especial incidência na revitalização dos rios nacionais e na recuperação de passivos ambientais. O impacto financeiro destas medidas é, pela sua importância, devidamente estimado e contabilizado.

	2016	2017	2018	2019
• Fomento da produção e o emprego nos territórios de fronteira através de benefício no IRC	0	-75	-75	-75
• Programa de recuperação de passivos ambientais e dos rios *	0	-100	-130	-130
<i>Dos quais: participação pública nacional</i>	0	-25	-50	-50

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.* Despesa comparticipada por financiamento comunitário e financiamento privado.

A adoção destas medidas induz um estímulo significativo à atividade económica e ao emprego, estimando-se a criação direta e indireta de emprego em cerca de 2800 postos de trabalho em 2019. A criação de emprego tem um impacto significativo nas despesas de consumo das famílias estimulando a procura. O estímulo económico induz um aumento da receita fiscal assente na tributação do rendimento do trabalho e do consumo privado. Adicionalmente, o aumento da despesa de investimento é mitigado pelo cofinanciamento

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

com recurso a fundos comunitários. O impacto orçamental final traduz-se numa deterioração do défice de cerca de 100 M€ em 2018 e 2019.

	2016	2017	2018	2019
Território				
Impacto orçamental direto				
Saldo	0	-95	-142	-142
Receita	0	-50	-75	-75
Despesa	0	45	67	67
Corrente	0	1	1	1
Investimento	0	44	65	65
Impacto efetivo				
Saldo	0	-79	-102	-103
PIB real	0	57	99	113
Emprego	0	786	2 124	2 840

Nota: Valores expressos em milhões de euros, emprego em nº de postos de trabalho. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no agregado em questão.

7. Prioridade à Inovação

No âmbito da inovação e internacionalização da economia portuguesa, o Programa Eleitoral do PS inclui um conjunto de medidas destinadas a promover o aumento da competitividade através da incorporação de progresso técnico. A empresa deve ser pensada numa perspetiva global, sendo fundamental a penetração nos mercados internacionais para a exploração de economias de escala.

Neste domínio, o Programa Eleitoral do PS considera dois tipos de medidas com impacto financeiro significativo: a introdução de contratos para a inovação empresarial que permitam a contratualização de apoios à inovação; e a possibilidade de tributação mais favorável de custos e investimentos com promoção internacional.

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

	2016	2017	2018	2019
• Contratos para a Inovação Empresarial	-25	-50	-75	-75
• Tributação mais favorável de custos e investimentos com promoção internacional	-30	-40	-40	-40
• Programa internacionalizar: articular as políticas de inovação com as de exportação e internacionalização	-25	-50	-50	-75

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.

A adoção destas medidas tem um impacto significativo sobre o investimento e sobre a competitividade das exportações portuguesas, induzindo um estímulo na atividade económica, nomeadamente por aumento das exportações. O aumento do emprego e do rendimento das famílias induz um aumento do consumo privado significativo, que por sua vez estimula a criação de emprego. Estima-se que estas medidas criem mais de 10 mil postos de trabalho em 2018 e cerca de 20 mil em 2019.

	2016	2017	2018	2019
Inovação				
Impacto orçamental direto				
Saldo	-80	-159	-192	-202
Receita	0	-43	-53	-53
Despesa	80	116	139	149
Corrente	80	111	131	141
Investimento	0	5	8	8
Impacto efetivo				
Saldo	-68	-30	121	307
PIB real	137	391	754	1 104
Emprego	705	4 466	12 123	21 146

Estas medidas implicam um aumento da despesa que determina uma deterioração do saldo orçamental de cerca de 70 M€ em 2016 e de 30 M€ em 2017. A partir de 2018, o efeito do crescimento do emprego e do rendimento das famílias e empresas determina um aumento da receita que permite uma melhoria do saldo orçamental de mais de 100 M€ em 2018 e de cerca de 300 M€ em 2019.

8. Mais coesão, menos desigualdades

O Programa Eleitoral do PS combina um conjunto de medidas destinadas a aumentar a coesão social com a necessidade de reformar o modelo de financiamento da Segurança Social. O aumento da sustentabilidade da Segurança Social passa por uma alteração do modelo de financiamento, que será baseado num conjunto de fontes mais alargado.

As medidas propostas com o objetivo de aumentar a coesão social assentam, em larga medida, no aumento do rendimento disponível das famílias, tendo sido já identificadas nessa secção. Da mesma forma, as medidas de alargamento da base de financiamento da Segurança Social têm também como objetivo promover a criação de emprego de qualidade, tendo sido já devidamente consideradas na secção respetiva.

No quadro seguinte voltam a referir-se medidas já incluídas em secções anteriores, mas que têm também como objetivo promover a coesão e reduzir as desigualdades.

	2016	2017	2018	2019
Medidas já incluídas na secção				
<i>Aumentar o rendimento disponível das famílias para relançar a economia</i>				
• Redução progressiva e temporária da taxa contributiva dos trabalhadores, atingindo um máximo de 4 pp. em 2018	-350	-700	-1050	-919
• Criação de uma prestação social destinada a melhorar o rendimento dos trabalhadores pobres	0	-394	-355	-319
• Renovação das políticas de mínimos sociais	-108	-135	-162	-188
• Introdução da condição de recursos nas prestações não contributivas da Segurança Social	180	280	280	280
Medidas já incluídas na secção				
<i>Promover o emprego, combater a precariedade</i>				
• Redução da contribuição patronal para a Segurança Social até ao máximo de 4pp.	-283	-567	-850	-850
• Eliminação de todos os incentivos por redução da taxa contributiva no âmbito de políticas ativas do mercado de trabalho em vigor	135	172	213	243
• Penalização rotação excessiva em sede de contribuição social patronal para a Segurança Social	350	250	200	200
• Consignação de 4pp. da receita de IRC	400	400	400	400
• Introdução do imposto sucessório para heranças de valor superior a 1 milhão de euros	70	70	70	70

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.

9. Um Portugal Global

O Programa Eleitoral do PS inclui medidas de promoção do papel da lusofonia e de apoio às comunidades portuguesas no mundo. Estas medidas ganham uma importância acrescida no atual contexto de forte aumento da emigração, por razões económicas, de tantos portugueses que deixaram de encontrar condições dignas em Portugal.

	2016	2017	2018	2019
• Reforçar os apoios no âmbito do apoio social para idosos carenciados	0	-5	-5	-5
• Apoio sustentado às estruturas que se ocupam da ajuda aos emigrantes mais necessitados	0	-16	-16	-16

Nota: Valores expressos em milhões de euros. +/- significa que o efeito financeiro da medida é positivo/negativo no saldo orçamental.

Neste contexto, o Programa Eleitoral do PS propõe medidas com impacto financeiro relevante destinadas a apoiar estruturas que se ocupam da ajuda aos emigrantes mais necessitados, assim como de apoio a idosos em situação de necessidade. Estas medidas têm um custo direto de 65 M€ ao longo da legislatura, implicando uma deterioração do défice no máximo de 14 M€ em 2016, com um impacto negligenciável no emprego.

	2016	2017	2018	2019
Comunidades				
Impacto orçamental direto				
Saldo	0	-22	-22	-22
Receita	0	0	0	0
Despesa	0	22	22	22
Corrente	0	21	21	21
Investimento	0	0	0	0
Impacto efetivo				
Saldo	0	-14	-8	-7
PIB real	0	10	16	18
Emprego	0	136	360	466

V. Um Cenário Macroeconómico para a Legislatura: impacto financeiro agregado

1. Avaliação Macroeconómica do Programa Eleitoral do PS

O Programa Eleitoral do PS está estruturado em torno de uma estratégia de crescimento económico e de sustentabilidade das finanças públicas. Assenta num compromisso com a sociedade (empresas, trabalhadores e pensionistas), num plano de reforma e modernização do Estado e em 21 causas para mobilizar o país. A forma detalhada como as medidas são apresentadas torna possível avaliar o seu impacto na despesa pública e nos impostos e taxas necessários para financiar a atividade do Estado.

O conjunto das medidas garante a sustentabilidade dos subsectores e subsistemas da Administração Pública, com particular destaque para a Segurança Social.

A receita total das administrações públicas deverá descer, em percentagem do PIB, 1.8 pontos percentuais (pp) ao longo da legislatura e a despesa pública deverá diminuir 3.5 pp. A despesa pública total sofrerá uma ligeira recomposição, com um aumento do peso do investimento público, que estabiliza em torno dos 3 por cento do PIB, e a despesa corrente cairá de 45 por cento do PIB para perto de 40 por cento.

A classificação deste conjunto de medidas como “despesista” reflete apenas uma argumentação esgotada e sem capacidade de se adaptar à realidade e ao carácter muito concreto das políticas económicas incluídas no Programa Eleitoral do PS.

A inovação que este Programa Eleitoral trouxe à vida política portuguesa foi a capacidade dada aos cidadãos de avaliar a integridade e a coerência dos compromissos que o PS assume com a sociedade portuguesa. Do restabelecimento da confiança entre a sociedade e a governação depende o sucesso do país e é para esse objetivo que pretendemos contribuir.

O documento que agora apresentamos é mais um passo nessa direção. Todas as medidas do Programa Eleitoral são incluídas no envelope financeiro que define o Orçamento do Estado, refletindo não apenas os custos mas também os benefícios económicos.

Estudo sobre o Impacto Financeiro do Programa Eleitoral do PS

O Programa Eleitoral do PS:

- tem o **emprego** como causa das causas;
- **não é despesista**. O peso da despesa pública cai, mas reforça-se nas áreas em que o Estado deve ter um papel relevante: a despesa social e de capital;
- **não é experimentalista**. Todas as medidas estão identificadas, calendarizadas e são de uma dimensão comportável pelo Orçamento do Estado;
- **promove a melhoria do saldo orçamental** em todos os anos da legislatura, passando de -3.2 por cento em 2015 para -1.4 por cento em 2019. A dívida pública em percentagem do PIB reduz-se 12.3 pp. Este é, portanto, um exercício de forte exigência orçamental. E importa salientar que os juros da dívida pública têm um contributo reduzido para este resultado. Ou seja, o cenário do PS não está dependente de trajetórias de redução dos juros, contando com uma taxa de juro implícita da dívida pública em torno de 3.7 por cento;
- **acredita nos portugueses e devolve-lhes a confiança, neles e nas instituições**. A colossal carga fiscal, resultante do brutal aumento de impostos promovido pelo Governo PSD/CDS, constitui um impedimento ao crescimento económico. O Programa Eleitoral do PS propõe, com um enorme rigor, a reversão de algumas das mais injustas medidas fiscais dos últimos anos. E, com a exigência de quem sabe que só o emprego e os salários permitem assegurar a dignidade na participação social, reforça o apoio aos mais pobres.

Este conjunto de medidas e o seu impacto macroeconómico são a evidência inequívoca de que o PS apresenta um contrato com o eleitor, o qual se encontra sustentado em números que representam a vida das pessoas.

Os portugueses sem emprego e disponíveis para trabalhar são hoje 863 mil, mais 58 mil do que em 2011. Entretanto, já não estão nas estatísticas os mais de 340 mil que emigraram, sozinhos ou com as suas famílias (em idade ativa são 7.5% dos trabalhadores ativos portugueses). Se adicionarmos o desemprego, o desencorajamento e a emigração, temos o legado do recente período de governação: uma redução superior a 25% do potencial produtivo dos recursos humanos em Portugal.

O desencorajamento acontece também porque não há emprego de qualidade. Vejam-se os salários médios de 583 euros ou os jovens a receber menos do que o salário mínimo em estágios que são uma rua sem saída. Ao que acresce a precarização, transformada em política de Estado para o mercado de trabalho, com um crescimento dos contratos a termo de 11% em 2015.

Este legado de desistência e de êxodo populacional é a **marca registada** da coligação de direita. Ao negá-lo hoje, depois de o terem incentivado ontem, PSD e CDS mostram que não estão em condições de reverter a situação no futuro.

O Programa Eleitoral do PS prevê uma reversão desta tendência. Porque tem medidas. Porque não é um exercício de garantias vãs, como as formuladas pela coligação de direita, sustentadas numa visão cínica da economia, que tudo exige às famílias e às empresas, aumentando impostos e reduzindo prestações e serviços públicos, sem nada dar em troca a não ser um sentimento de culpa por uma crise internacional que não nasceu em Portugal.

Os objetivos assumidos pelo PS não são demasiado ambiciosos, porque têm um Programa por detrás, que é previsível e transparente. Neste Programa Eleitoral procuramos juntar a preparação com a oportunidade. A preparação de quem fez um diagnóstico exaustivo da situação económica e social. A oportunidade de poder contar com a sociedade portuguesa num exercício de confiança.

2. A quantificação com transparência

A restrição orçamental do Estado é apresentada no quadro seguinte, onde todas as receitas e despesas públicas são contabilizadas. Outros não fizeram o mesmo e, por eles, não sabemos quanto custa à economia o corte de 600 milhões de euros nas pensões, nem o plafonamento da Segurança Social.

Nesse quadro descreve-se também o impacto do Programa Eleitoral do PS na riqueza nacional. Na criação de emprego e na redução sustentada da taxa de desemprego em 3.6 pp. Num crescimento médio anual do PIB real de 2.6 por cento nos próximos quatro anos e do rendimento disponível das famílias de 3.3 por cento em termos nominais.

A redução das restrições financeiras das famílias, numa economia em que a taxa de poupança atingiu os 6.9 por cento em 2012, é uma exigência de curto-prazo, que se traduz neste reforço do crescimento do rendimento disponível. Com rigor, com confiança e com a transparência necessárias à realização de investimentos com retorno no país e que permitam a inversão inequívoca da degradação social com que Portugal se viu confrontado nos últimos anos.

Impacto macroeconómico do Programa Eleitoral do Partido Socialista

		Cenário com medidas					Cenário central inicial					Impacto das medidas			
		2015	2016	2017	2018	2019	2015	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Administrações públicas															
Saldo orçamental	% PIB	-3.2	-3.0	-2.7	-2.1	-1.4	-3.2	-2.8	-2.2	-2.0	-1.8	-0.2	-0.6	-0.2	0.3
Receita Total	% PIB	43.9	44.0	43.2	42.6	42.1	43.9	44.3	44.0	43.6	43.2	-0.3	-0.8	-1.1	-1.0
Receita Corrente	% PIB	43.2	42.9	42.1	41.4	41.0	43.2	43.4	43.1	42.7	42.3	-0.4	-1.0	-1.3	-1.2
Carga Fiscal	% PIB	36.7	36.4	35.6	35.0	34.6	36.7	36.9	36.6	36.3	35.9	-0.4	-1.1	-1.3	-1.3
Receita de Capital	% PIB	0.7	1.1	1.1	1.1	1.1	0.7	0.9	0.9	0.9	0.9	0.2	0.2	0.2	0.2
Despesa Total	% PIB	47.1	47.0	46.0	44.7	43.6	47.1	47.1	46.2	45.6	44.9	-0.1	-0.2	-0.9	-1.3
Despesa Corrente	% PIB	45.0	43.9	42.7	41.6	40.6	45.0	44.3	43.5	42.8	42.2	-0.4	-0.8	-1.3	-1.6
Prestações sociais	% PIB	19.8	19.1	18.7	18.0	17.7	19.8	19.4	19.2	18.9	18.8	-0.3	-0.5	-0.9	-1.1
Despesa com pessoal	% PIB	11.1	10.9	10.6	10.4	10.1	11.1	10.8	10.6	10.4	10.2	0.0	0.0	-0.1	-0.1
Juros	% PIB	4.9	4.8	4.5	4.4	4.2	4.9	4.8	4.6	4.5	4.3	0.0	-0.1	-0.1	-0.1
Consumo Intermédio	% PIB	5.6	5.6	5.4	5.3	5.1	5.6	5.7	5.6	5.5	5.4	-0.1	-0.2	-0.2	-0.3
Despesa de Capital	% PIB	2.2	3.1	3.3	3.1	3.0	2.2	2.8	2.8	2.7	2.7	0.3	0.6	0.4	0.3
Dívida Pública	% PIB	130.2	128.7	125.1	121.5	117.9	130.2	129.0	126.6	124.0	121.2	-0.3	-1.5	-2.5	-3.4
<hr/>															
PIB (crescimento real)	tva, %	1.6	2.4	3.1	2.8	2.4	1.6	1.7	1.7	1.7	1.7	0.6	1.5	1.2	0.7
PIB nominal	10 ⁹ €	179.0	185.3	194.9	204.2	213.2	179.0	184.6	191.4	198.6	206.1	0.7	3.5	5.7	7.1
Emprego	10 ³ ind.	4545	4607	4698	4780	4844	4545	4578	4603	4620	4636	29	95	159	207
Taxa de desemprego	% PA	13.6	12.2	10.2	8.5	7.2	13.6	12.8	12.0	11.4	10.8	-0.6	-1.8	-2.9	-3.6